

equivocos dos movimentos sociais anti-globalização

josé maria carvalho ferreira *

Neste mundo em que vivemos, cada vez mais desesperado e angustiado pelas misérias e desgraças que cria, as reflexões e as práticas emocionais e maquiavélicas sobrepõem-se sobremaneira àquelas cuja impotência histórica as torna objetos de morte e de genocídio de uma engrenagem que lhes escapa. Outros seres humanos, entre os quais se incluem os que se autodenominam de anarquistas ou libertários, com alguma lucidez e revolta tentam inverter esse processo, mas até hoje nada mais são que seres humanos impotentes face a uma tragédia histórica que nos vai destruindo lentamente. O dia 11 de Setembro de 2001, embora pese os seus simbolismos midiáticos espetaculares, nada mais é que um dos efeitos ou derivações negativas de uma sociedade que se estrutura através da morte, da violência, do crime, da guerra e do terror. Num passado recente foram as populações indígenas e os escravos africanos que foram assassinados e colonizados pelo terror das baionetas dos

* Editor da Revista *Utopia* e professor na Universidade Técnica de Lisboa.

exércitos e dos Estados; no presente e provavelmente no futuro, as vítimas do genocídio e da barbárie são os seres humanos alienados e atomizados que habitam o planeta Terra, que nada mais são que objetos manipulados por um poder sem rosto e abstrato.

Por tudo isto, quando falamos, agimos ou escrevemos sobre a problemática da globalização devemos ter sempre presente uma série de fatores que muitas vezes dão origem a uma série de equívocos, inclusive, entre aqueles que se integram no imaginário anarquista e libertário. Na atualidade, a visibilidade e a pertinência histórica dos movimentos sociais antiglobalização são um exemplo flagrante do que acabo de referir. Para tornar mais claro o que pretendo desenvolver, em primeiro lugar debruçar-me-ei sobre os conteúdos e as formas da globalização que dão sustentabilidade à ação reivindicativa e revolucionária dos movimentos sociais antiglobalização. Num segundo momento, tentarei discernir sobre as contradições e os conflitos que atravessam os diferentes tipos de ação coletiva que integram estes movimentos.

Características tendenciais da globalização

Se há algo que nos pode aproximar de um conhecimento mínimo dos efeitos da globalização na vida quotidiana das pessoas à escala mundial, são sem dúvida as formas padronizadas de comportamento humano em termos sociais, econômicos, culturais e políticos. O comportamento humano em volta do valor e das funções do dinheiro enquanto elemento de troca mercantil, mas também como elemento de riqueza, de poder e de sobrevivência histórica, é, nesta assunção, emblemático.

Se generalizarmos essas funções e o valor simbólico do dinheiro para o que é convencional chamar a prática sofisticada e complexa do capitalismo financeiro, depressa nos apercebemos da sua importância nos

mecanismos de exploração e de opressão do capitalismo à escala universal. Pela via das ações, das fusões, das aquisições e concentrações de um capital sem rosto e abstrato, as transnacionais investem, acumulam, enriquecem, empregam, desempregam, criam empresas, fecham empresas, sem que a grande maioria dos trabalhadores assalariados possa intervir ou decidir sobre esse processo. Fábricas, tecnologias, capitais, trabalhadores assalariados são localizados, deslocados ou realocados num espaço-tempo em que os domínios do virtual e do real muitas vezes se confundem. A “pequenez dos trabalhadores assalariados” revela-se cada vez mais importante face à onipotência das transnacionais, cujas atividades econômicas se inscrevem nos setores primário, secundário e terciário. Embora pese todas as diferenças de salário, de direitos e deveres, de condições de trabalho, a dimensão desta tendência de padronização econômica-financeira afeta negativamente todos os trabalhadores assalariados do mundo. Como escravos modernos e objetos manipulados pelos desígnios das transnacionais, a emergência de uma identidade coletiva dos trabalhadores assalariados é, no meu entender, mais importante que uma suposta divisão ou desigualdade de incidência local, regional ou nacional.

Em sintonia estreita com este processo histórico de capitalização dos seres humanos, a natureza vem sendo objeto de uma transformação desenfreada. A crescente integração da ciência e da técnica e o modelo de crescimento e de desenvolvimento baseado no ferro, no vidro e no cimento têm contribuído para a destruição irreversível dos solos, rios, mares, florestas, recursos naturais, espécies animais e vegetais que são essenciais para a manutenção do equilíbrio ecossistêmico da natureza, mas sobretudo para a própria perenidade histórica dos seres humanos que ainda têm o nome de “gente” ou de “pessoas”. O capitalismo e, por conseguinte, a globalização em associação estreita com

os ditames da sua racionalidade instrumental, transforma a natureza num simulacro de vida e num caixote do lixo de uma espécie humana acéfala, atomizada e estupidificada. Neste sentido, a globalização do capitalismo é a destruição do planeta, porque ela produz seres humanos que não se identificam como a sua essência biológica e sociológica, provocando perversões que culminarão na sua morte e das outras espécies animais e vegetais.

Do mesmo modo que estas perversões da tendência econômica-financeira afetam sobremaneira todos os trabalhadores assalariados do mundo e todos aqueles que vivem à sua margem, também não é menos verdade que no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, a sobrevivência histórica deste só é possível desde que persista a capitalização de pessoas, mercados, tecnologias, matérias primas, recursos naturais e dinheiro, a única forma consistente para que seja materializada a sua expansão territorial e geográfica. Os ditames do Banco Mundial, do FMI e mais recentemente da OMC e das reuniões midiáticas do Grupo dos 8 (G8) são os contornos institucionais hegemônicos de uma regulação e controle mundial da economia. A crise do Estado-Nação, no que concerne à sua manifesta incapacidade em suprir as insuficiências de regulação do mercado através de políticas econômicas keynesianas, é uma prova sintomática da sua fraqueza perante a força estruturante das transnacionais.

Para a maioria dos analistas, a força irrefreável do capitalismo é subjacente à força onisciente do mercado que tudo compra e vende: pessoas, dinheiro e mercadorias. Nas últimas décadas, a mercadoria que mais se compra e vende é sem dúvida a informação. É um tipo de mercadoria imaterial, sem rosto, abstrata, cujos signos e significados são hoje a grande essência da estrutura dos custos de produção diretos e indiretos da generalidade dos bens e serviços, tornando-se, em

última instância, a base da opressão e da exploração capitalista. E neste sentido, não estamos nos limitando em termos da energia, da informação e do conhecimento que todos os trabalhadores assalariados do mundo despendem nos locais de trabalho, mas sobretudo nos referimos a todos os aspectos da sua vida cotidiana que é atravessada pela socialização da informação.

Logo a seguir à força do sistema econômico-financeiro e à catástrofe ecológica por ele gerada, a globalização torna-se também cada vez mais visível no domínio sócio-cultural. O poder dos *media* está justamente na sua capacidade em difundir e socializar a informação em escala universal. Como acontece com todas as mercadorias, a informação é objeto de padronização e capitalização. Só que, para além disso, é também um fenômeno da aculturação e de aprendizagem sócio-cultural. Ainda que em situações discrepantes, como ocorre num bairro pobre no Cairo e São Paulo ou num bairro rico em Nova Iorque, a simbologia da informação veiculada pelo poder midiático introduz-se paulatinamente nos *neurônios* de todos os indivíduos que habitam o planeta Terra. Assim, a globalização não se explica exclusivamente pelo fato de se assistir a uma tendência a trabalhar, produzir e consumir da mesma maneira, por vestir as mesmas calças, ver televisão todos os dias ou beber a mesma coca-cola, mas sobretudo pela mesma maneira de pensar e agir em relação à natureza, ao trabalho, ao dinheiro, ao Estado, ao capital e à religião.

Hoje, socializar a informação implica transformar os seres humanos em mercadorias na totalidade do espaço-tempo da sua vida cotidiana: nos locais de trabalho, nos cafés, nas praças, nos jardins, nos transportes, na família, inclusive quando mergulham no asfalto da estrada da miséria e na ignomínia do escravo pós-moderno que pede esmola e se considera um beneficiado na situação de pobreza. A assunção

naturalista desta realidade está bem presente nos olhares e na indiferença com que as diferentes pessoas se cruzam nos grandes centros urbanos dos países capitalistas desenvolvidos e nos países capitalistas considerados subdesenvolvidos. A padronização do pensar e agir reporta-se também ao conteúdo das relações interpessoais. Quem não for suficientemente competitivo, violento, eficiente e obediente é sancionado negativamente pela brigada dos bons costumes, pela polícia ou, em caso extremo, pelas prisões, hospitais psiquiátricos e a exclusão social.

Portanto, se o espaço-tempo de estruturação da informação atravessa os nossos *neurônios* de uma forma sub-reptícia quando somos levados a pensar da mesma maneira ao codificar e decodificar as linguagens que nos relacionam com o outro ou os outros, não é menos importante observar a sua influência nas formas padronizadas de integração e de controle social. Ou seja, ao perceber do mesmo modo o léxico da informação que é contrária à denúncia e à crítica radical do sistema social vigente, os seres humanos tornam-se adaptáveis às normas e regras sociais persistentes. Não é de admirar assim que, pela via da omissão ou da adaptação identitária ao sistema social vigente, tornem-se expoentes da integração e do controle social, sem que para isso sejam induzidos a tal ação individual e coletiva pelas estruturas repressivas clássicas: polícia, tribunais, exército, ideologias, governos, religiões.

Ainda que possamos afirmar que as características atuais da globalização são menos visíveis nos aspectos culturais e políticos, porque a força reativa e a resistência das religiões monoteístas e dos valores tradicionais do Estado-Nação conflitam com os desígnios hegemônicos dos valores baseados no lucro, no dinheiro e na troca mercantil das empresas transnacionais, quer um quer outro tenderão a integrar-se na lógica destas. Entretanto, os negócios

do petróleo e do material de guerra, assim como das várias drogas, demonstra à sociedade da cumplicidade subsistente entre as transnacionais, as religiões e o Estado-Nação, a maioria dos quais baseados em governos despóticos de maioria cristã ou islâmica. Este tipo de cumplicidade entre o poder hegemônico do capitalismo mundial e formas arcaicas do capitalismo está, no entanto, gerando grandes contradições.

Várias razões estão na origem desse fato. Em primeiro lugar, o Estado-Nação clássico está perdendo a legitimidade do controle e administração político-administrativa do seu território, para além de já ter perdido grande parte das suas funções de bastião da política econômica a favor das transnacionais. A perda de legitimidade do Estado-Nação sobre a sociedade civil, assim como a crescente burocratização e inutilidade das suas políticas sociais, traduz-se num fator de deterioração política da burocracia estatal.

Todavia, a força estruturante e avassaladora da globalização decorrente do sistema econômico-financeiro, das novas tecnologias, da informação e do poder midiático não se coadunam com realidades políticas e culturais inadequadas e ultrapassadas. As guerras regionais na ex-Iugoslávia e no Kosovo, e mais recentemente no Afeganistão, são formas diferenciadas de resolução dos mesmos problemas: identificar os sistemas políticos, culturais e sociais ao sistema econômico-financeiro das transnacionais. Para estas, podem existir Estados, pátrias, religiões e ideologias políticas contrastantes, mas desde que submetidas à lógica de um Estado universal alicerçado no valor do dinheiro, do mercado, da mercadoria e do lucro. Todos os meios são bons para atingir esses grandes objetivos, desde que feitos em nome da democracia e do capital. Por isso é que a guerra, a destruição do planeta Terra, o terrorismo, os genocídios, a fome, a miséria, o crime e a violência que ocorrem atualmente são algo que é justificado e legitimado por esse Estado mundial em

formação (NATO; ONU; OMC; Banco Mundial) e pelas suas democracias representativas.

Esta situação de conflito decorrente de estágios de desenvolvimentos capitalistas diferenciados é fácil de superar quando a mudança se faz pela via do sistema econômico-financeiro, mas é muito mais difícil de realizar em termos sociais, culturais e políticos. As resistências à globalização provêm da dificuldade em instaurar regimes políticos baseados na democracia representativa, na medida em que para sustentar e regular as contradições e os antagonismos gerados pela opressão e a exploração nos países capitalistas menos desenvolvidos só é possível através de regimes políticos ditatoriais, na maioria dos casos militares e teocráticos. A irreversibilidade (?) da globalização determina que não possam mais existir mecanismos de natureza política, cultural e religiosa que inviabilizem a transformação de todos os seres humanos em objetos de produção, de distribuição e de consumo de mercadorias. Por isso, quando existem situações políticas, sociais ou religiosas contraproducentes ou condicionadoras desse processo histórico, os guardiões político-militares das transnacionais dão-se ao direito legítimo de provocar ou intervir em todas as guerras regionais ou locais em prol desse grande objetivo.

Contradições e conflitos entre os movimentos sociais antiglobalização

Numa primeira aproximação das contradições e conflitos gerados pela globalização pode-se afirmar que quase todos evoluem para configurações polarizadas à volta de quatro dimensões básicas. A primeira reporta-se às perversões do desemprego, da precariedade da vinculação contratual, dos salários baixos, pobreza e exclusão social decorrentes da degradação da condição-função do trabalho assalariado. A segunda deriva da degradação do ambiente e da destruição da natureza

em termos da diminuição drástica da camada do ozônio, da poluição atmosférica, da destruição massiva de recursos naturais, cujos sintomas são cada vez mais visíveis com a tendência crescente de ocorrência de catástrofes e calamidades naturais. A terceira, situa-se nos antagonismos e contradições provenientes das lógicas de desenvolvimento e crescimento econômico diferenciados que são prioritariamente centrados nas lógicas de administração político-administrativa e territorial do Estado-Nação ou aquelas que são decorrentes de uma administração político-administrativa e territorial de âmbito mundial, cujos objetivos se identificam com as tendências de dominação de organizações e instituições de características transnacionais. Por fim, uma quarta dimensão situa-se nos fenômenos de resistência radical à mudança imposta pela globalização em relação a países, regiões e continentes que ainda não atingiram a modernidade capitalista. Essa resistência baseia-se essencialmente na tradição cultural e religiosa, na medida em que face à situação de miséria e pobreza da maioria das populações desses países, regiões ou continentes, esses fatores funcionam como os únicos “analgésicos” ou uma “tábua de salvação” de uma tragédia histórica de opressão e exploração estimulada pela modernidade e, mais recentemente, pela pós-modernidade da globalização.

Qualquer uma dessas dimensões potencializa conflitos e ações coletivas de âmbito local, regional e nacional, mas a sua configuração ideológica e religiosa só tem cabimento no quadro de um imaginário coletivo de natureza universal. Por isso, na luta contra os aspectos negativos da globalização persistem quase sempre os mesmos denominadores comuns: o Estado, o capitalismo, as políticas dos governos dos países mais desenvolvidos e as instituições e organizações de caráter transnacional. O inimigo é comum, só que as soluções

para o reformar ou extinguir são diferenciadas. Não admira, assim, que se assista à integração e à convergência de ideologias e práticas contrastantes na construção de um imaginário coletivo contra a globalização e depois no contexto das manifestações surgem conflitos e equívocos inesperados entre os múltiplos manifestantes. Os exemplos das manifestações de Seattle, Praga, Gotemburgo, Nice e Gênova são elucidativos a esse respeito. A partir de um leque político e partidário que vai da esquerda à direita, dos pacifistas aos violentos, dos reformistas aos revolucionários, dos grupos ecologistas aos militantes das ONG's e grupos religiosos, passando pelos anarquistas e libertários, todos participam com a sua ideologia e a sua prática no mesmo espaço-tempo da luta contra os aspectos negativos da globalização e, contra o poder econômico, social, político e cultural que lidera esse processo histórico.

A explicitação de posições contrastantes far-se-á inevitavelmente com o decorrer da luta contra a globalização, mas, entretanto, os paradoxos e os equívocos emergem com relativa visibilidade. São equívocos que se relacionam com os objetivos das lutas, os conteúdos e as formas de organização que são desenvolvidos pelos movimentos sociais antiglobalização. Entre a esquerda e a direita, entre ecologistas e apologistas do progresso e da razão, entre os reformistas e os revolucionários, ter objetivos centrados na persistência e mudanças hipotéticas do Estado-Nação, do capitalismo e da importância inexorável da existência de Deus, ainda é admissível, mas em relação aos que se consideram anarquistas e libertários, é um absurdo histórico. Por outro lado, em termos organizacionais já está sobejamente demonstrado que sindicatos, partidos e igrejas primam por relações sociais e processos de socialização assentes na dominação e na autoridade hierárquica. A confusão e conflitos gerados entre espontaneísmo e auto-organização, violência e pacifismo, liderança e

hierarquia, com os pressupostos da democracia direta, é continuar a agir coletivamente de forma mecânica, esquecendo que a democracia direta só é possível com indivíduos livres e soberanos e que são capazes de viver simultaneamente a revolta e a lucidez.

Não obstante sabermos da tragédia histórica que estamos vivendo e não obstante a nossa impotência, o sentido histórico da utopia anarquista continua mais válido do que nunca. Eu afirmo isto por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque os seus pressupostos de emancipação social estão fundamentados na solidariedade, na cooperação, no amor, na liberdade e na fraternidade. É uma opção societária simultaneamente societária, filosófica e ética e que pode inverter os pressupostos da sociedade capitalista e do Estado, baseados na competição, na violência, na guerra, no crime, na alienação e atomização dos indivíduos. A transversalidade destes pressupostos é visível nos dilemas e perversões estruturados pela globalização. Neste capítulo, é chegado o tempo histórico dos anarquistas e libertários pensarem e agirem como atores universais.

É um desafio enorme, porque esse grande objetivo que sempre acompanhou o imaginário individual e coletivo dos anarquistas é algo que nos situa nos domínios da realidade e da utopia. Para evoluirmos nesse sentido, na minha opinião, há de se ultrapassar os equívocos que são, ainda, alimentados pelos mitos da revolução, da luta de classes, do poder e da instauração de uma sociedade anarquista.

Pela experiência histórica acumulada ao longo de séculos, pensar que é possível realizar uma *revolução social*, cujas mudanças substantivas implicam rupturas e descontinuidades políticas, econômicas, sociais e culturais de tipo absoluto é, no mínimo, um absurdo, na medida em que nós, enquanto seres biológicos e sociais, somos irredutivelmente uma construção histórica estruturada pelo passado, o presente e o futuro.

Nesse processo, as mudanças podem ser mais radicais ou mais reformistas, mas isso não implica necessariamente que possamos eliminar mecanicamente, de um dia para o outro, da cabeça dos indivíduos e grupos que constituem todas as sociedades, as relações sociais, os processos de socialização, os valores, a moral e a ética que estão na origem do Estado e do capitalismo e, logicamente, na base de todas as formas de opressão e exploração entre os seres humanos e entre estes e as outras espécies animais e vegetais. Portanto, a alternativa entre reforma e revolução, como se fosse uma hipótese de escolha absoluta entre o *bem* e o *mal*, é um falso dilema, pois toda e qualquer ação de mudança inserida no processo histórico das sociedades implica sempre uma situação estrutural e funcional de interdependência e complementaridade entre ambas.

Hoje, com as mudanças operadas no seio do capitalismo e do Estado em escala universal, é difícil discernir da homogeneidade e da disparidade subsistente nas situações de dominação e exploração. É um fenômeno que emerge nas múltiplas realidades da condição-função de trabalhador assalariado no sentido genérico, mas é também visível nas múltiplas relações sociais entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre os próprios trabalhadores assalariados, entre ricos e pobres, entre integrados e excluídos na ordem social vigente, entre povos e etnias diferentes. A multidimensionalidade das contradições e conflitos que podem desenvolver ações individuais e coletivas que tendem para a emancipação social não pode ser restringida a qualquer grupo ou classe social, mas a todos os indivíduos que se integrem num processo histórico de luta contra todas as formas e conteúdos de dominação e exploração entre seres humanos e entre estes e as outras espécies animais e vegetais. Neste sentido, toda e qualquer luta de incidência

coletiva deve ter presente uma assunção de participação e de decisão para a qual confluem natural e espontaneamente todos os indivíduos potencialmente livres e soberanos.

Outro mito que provoca muitos equívocos entre os anarquistas e os libertários é a extinção do poder através de uma hipotética revolução social, como se o poder, enquanto manifestação política inscrita nas nossas decisões e participações no contexto de qualquer grupo, comunidade ou sociedade, não implicasse sempre uma relação social. Ora como sabemos pela nossa vivência quotidiana, em toda e qualquer relação em que participamos não existem situações plausíveis de simetria e reciprocidade absoluta, na medida em que as nossas diferenças individuais irreduzíveis não o permitem. Na mesma medida, enquanto indivíduos falamos, sentimos, agimos em função das estruturas e das funções que temos em qualquer sociedade, também pensamos, agimos e sentimos a partir de nós mesmos. Uns falam mais alto que outros ou gostam mais da cor azul, verde ou vermelho. São relações sociais que têm uma incidência informal e espontânea e que não podem ser objeto de formalização e institucionalização estatal ou societária. Neste tipo de relações sociais, queiramos ou não, persistem sempre formas de poder que podem não implicar dominação e coação. Portanto, quando os anarquistas ou os libertários afirmam ser contra o poder e, logicamente, são apologistas da sua extinção, esquecem-se, quase sempre, que o poder, enquanto relação social assimétrica, não existe exclusivamente nas instituições e estruturas do Estado e do capital, mas também que ele é imanente à nossa condição humana, social e política. Ao integrá-lo na nossa lógica de emancipação social, temos é que socializar o poder de uma forma livre e soberana, solidária e fraterna, extirpando-o de todas as formas e conteúdos de natureza formal e institucional que assume na autoridade hierárquica e na dominação.

Finalmente, importa referir o mito da realização da sociedade anarquista. Como o sentido etimológico da palavra anarquia indica, nos pressupostos básicos que a informam subsiste a inexistência de qualquer governo ou autoridade hierárquica sobre qualquer indivíduo ou grupo de uma dada sociedade. Neste sentido, podemos pensar o conceito de anarquia como uma filosofia, uma ética e até como um projeto hipotético de sociedade. Todavia, ao contrário do que ocorreu com o comunismo, o fascismo, o socialismo e o capitalismo, a anarquia etimologicamente não sendo um *ismo*, pode e deve ser interpretada, explicada e vivida conforme cada sensibilidade e personalidade individual, como vivida e praticada por cada grupo ou sociedade. Mas, também por isso, a anarquia nunca poderá ser transformada num dogma, numa doutrina ou religião. Por outro lado, nunca qualquer indivíduo ou grupo se pode arrogar o dono de uma filosofia, de uma ética ou de um projeto de sociedade anarquista onde não existirão deuses nem amos. Pelas razões sublinhadas, nunca poderá existir uma sociedade anarquista no sentido finito do termo, na medida em que a liberdade, o amor, a fraternidade, a cooperação e a solidariedade não têm limites espaço-temporais no seu aperfeiçoamento. A anarquia é e será sempre uma utopia permanente pela qual se luta e vive todos os dias. E mesmo que o sentido histórico da humanidade fosse a anarquia, porque nunca poderá ser objeto de institucionalização e de formalização definitiva, nunca poderá ser um modelo de sociedade acabada e perfeita.

A força histórica da anarquia sempre foi a sua dimensão universal. Com base nos desafios e perversões que emergem da globalização do capital e do Estado, hoje, mais do que nunca, em termos teóricos e práticos, importa que a anarquia seja uma base estruturante da emancipação social que os seres humanos tanto necessitam. Para a consecução desse

grande objetivo, talvez uma probabilidade positiva seria a de desfazer os equívocos que existem entre os anarquistas e libertários e entre estes e os movimentos sociais antiglobalização.

resumo

O movimento anti-globalização visto pela análise anarquista. Discute-se a ecologia no interior da globalização capitalista, os efeitos das mídias, repercussões econômico-financeiras e guerras regionais. Diante de um Estado mundial em formação, os anarquistas fazem parte diferenciadamente dos demais atores envolvidos no movimento.

abstract

The anti globalization movement, seen through anarchist analysis. This article discusses ecology into capitalist globalization, media effects, financial and economic impact and regional wars. Before a global state in development, the anarchists take part differently among the other actors involved.